

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
E CADASTRO DA ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA –
APPA**

ASSUNTO: EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA - LE Nº 179/2025 - SAP Nº 1000000179

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de levantamentos hidrográficos multifeixe, categorias A e B, conforme padrões estabelecidos pela NORMAM-501/DHN, nos canais de acesso, bacias de evolução, berços de atracação, áreas de fundeio, áreas de despejo e estudo, da Portos do Paraná.

SPECTRAH OCEANOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.450.148/0001-00, com sede à avenida Hercílio Luz, nº 639, Sala 1104, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.020-000, por intermédio de seu representante legal, **HENRIQUE FRASSON DE SOUZA MARIO**, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar **Resposta ao Parecer** emitido pela **GERÊNCIA DE ENGENHARIA MARÍTIMA** que opinou pela “inabilitação da empresa”, concluindo que a SPECTRAH “*não apresentou comprovação documental suficiente para atendimento integral dos requisitos de habilitação técnica exigidos no Edital nº 151/2024*”, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - DOS ERROS MATERIAIS CONTIDOS NO PARECER TÉCNICO

Logo nas primeiras linhas do parecer, consta equivocadamente como referência o Edital nº 179/2024, quando o correto é Edital nº 179/2025, conforme devidamente publicado pela própria Comissão Permanente de Licitação.

Mais grave, todavia, é o erro identificado ao final do documento, quando se afirma, de forma categórica, que: *“...verificou-se que a empresa SPECTRAH OCEANOGRAFIA E MEIO AMBIENTE LTDA não apresentou comprovação documental suficiente para atendimento integral dos requisitos de habilitação técnica exigidos no **Edital nº 151/2024.**”*

Tal referência equivocada ao Edital nº 151/2024, distinto do processo em análise, suscita fundadas dúvidas quanto à exatidão e correção da avaliação promovida pela Gerência de Engenharia Marítima, especialmente diante da possibilidade de terem sido utilizados critérios de outro certame, cujas exigências podem divergir do edital correto (179/2025).

Esse tipo de erro compromete a segurança jurídica e a confiabilidade da análise técnica, justificando, por si só, a reavaliação do mérito da decisão com especial cautela.

II – DA OMISSÃO QUANTO À POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO

Outro ponto que merece destaque é que não foi concedida à licitante a possibilidade de complementação documental, mesmo diante de meras dúvidas quanto à comprovação de aproveitamento de levantamentos pela Marinha do Brasil.

A Lei nº 13.303/2016, em seu art. 64, §1º, autoriza expressamente a instauração de diligência saneadora: *"A Administração poderá, na fase de habilitação, promover*

diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta."

A ausência dessa providência configura grave violação ao devido processo, à ampla defesa e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme estabelece o art. 5º da mesma lei.

A finalidade da norma é justamente evitar decisões precipitadas que levem à inabilitação de licitantes plenamente aptas, por vícios formais ou por documentos sujeitos à conferência de terceiros, como é o caso da chancela do CHM.

III – DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS E DAS AUTORIZAÇÕES PENDENTES

O parecer técnico em questão afirma que os atestados apresentados pela empresa não permitiriam aferir com segurança o cumprimento integral do item 13, alínea "b" do Termo de Referência, notadamente quanto à exigência de que os serviços de levantamento batimétrico multifeixe, categoria "A", tenham sido aproveitados pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), no total mínimo de 10 km².

A SPECTRAH apresentou atestados técnicos consistentes, entre os quais se destaca os emitidos pelo Porto de São Francisco do Sul e pela Santos Port Authority (SPA), que comprova a realização de levantamentos multifeixe Categoria "A" em áreas de 12,5 km² e 11,736 km², respectivamente, totalizando 24,236 km².

No mais, quanto as autorizações de levantamento expedidas pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), encontram-se em fase de análise, e referem-se exatamente às áreas declaradas nos atestados, como já informado e devidamente instruído no

processo. Todavia, há documentos técnicos e institucionais suficientes que demonstram a execução dos serviços conforme as exigências editalícias.

Ademais, cumpre ressaltar que o Tribunal de Contas da União, em reiteradas decisões (e.g. Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário), tem se posicionado pela prevalência do princípio da razoabilidade e da busca da proposta mais vantajosa à Administração Pública, de forma que exigências formais não devem, por si só, prejudicar a habilitação de empresas plenamente capazes de atender aos objetos contratados.

A execução dos serviços está devidamente demonstrada nos atestados emitidos por autoridades públicas portuárias, cabendo apenas a complementação documental formal, cuja pendência, repita-se, não se deve a nenhuma conduta omissiva ou irregular da licitante

IV – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O recebimento e acolhimento da presente defesa administrativa;
2. O reconhecimento dos erros materiais constantes no parecer técnico, especialmente quanto à referência indevida ao Edital nº 151/2024;
3. A constatação de que não foi oportunizado prazo para complementação documental, contrariando o art. 64, §1º da Lei nº 13.303/2016;
4. A reanálise integral da documentação, com base no Edital nº 179/2025 e nas normas específicas que regem o presente certame;

Nestes termos,
pede deferimento.

Paranaguá, 07 de maio de 2025

SPECTRAH OCEANOGRAPHIA E MEIO AMBIENTE LTDA
HENRIQUE FRASSON DE SOUZA MARIO